

-----**ACTA N.º 19/2010**-----

-----Aos 08 dias do mês de Setembro de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa;-----

-----António Graça Silva. -----

-----A reunião foi secretariada por Margarida Maria Gonçalves Amaro, Técnica Superior, coadjuvada pela Assistente Técnica, Sónia Cristina Almeida S. Fernandes. -----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 11/08/2010**

-----Foi presente a acta n.º 18, da reunião ordinária do Executivo de 11/08/2010, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação. -----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção e um voto contra.--**

-----**Absteve-se o Senhor Presidente da Câmara, José Francisco Gomes Monteiro, por não ter estado presente na referida reunião. -----**

-----**Votou contra o Senhor Vereador Júlio Santos.-----**

-----Declaração de voto do Senhor **Vereador Júlio Santos:** -----

-----“Voto contra a aprovação da acta, porquanto a mesma deveria incluir a justificação de falta do requerente, Vereador Júlio Santos, uma vez que a justificação da mesma foi apresentada antes do início da reunião de hoje. Por esse facto a acta devia ser rectificadora, nesses precisos termos.”-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que existe uma ordem de trabalhos a seguir e como tal, a justificação de falta do Senhor Vereador será apreciada depois de ter sido votada a sua inclusão na Ordem de Trabalhos.-----

-----Ainda na sequência da aprovação da acta, por ter sido detectado vício de procedimento por falta de quórum, na deliberação relativa ao assunto “Pedido de Apoio da Associação dos Bombeiros Voluntários Celoricensenses”, tomada em reunião de Câmara do dia 11 de Agosto de 2010, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a mesma deveria ser declarada nula, em virtude de o Senhor Vereador António Silva se encontrar impedido de votar, por fazer parte da Direcção dos Bombeiros Voluntários Celoricensenses. -----

-----De seguida propôs que seja incluído na Ordem de Trabalhos da presente reunião a aprovação da nulidade da deliberação referente ao assunto “Associação dos Bombeiros Voluntários Celoricensenses”, constante na acta do dia 11 de Agosto de 2010.-----

-----Propôs ainda, que o assunto: “Pedido de Apoio da Associação dos Bombeiros Voluntários Celoricensenses” seja também incluído na presente Ordem de Trabalhos. -----

-----**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

-----Nos termos do n.º 2 e 5, do art.º 84º, da Lei n.º 169/99 de 18/09, com as alterações introduzidas pela Lei cinco – A, barra, dois mil e dois de onze de Janeiro, o Senhor Presidente da Câmara, concedeu um período para intervenção do munícipe presente.-----

-----O Munícipe Senhor Diamantino começou por fazer referência a um artigo do Jornal Nova Guarda, relativamente ao projecto que prevê a criação de 150 mil caprinos na região. Disse que o Governo Civil da Guarda e o Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial (AECT) do Douro apresentaram um projecto para a “Prevenção de Incêndios Florestais”. Esta iniciativa prevê a introdução/criação de cerca de 150 mil caprinos no espaço territorial transfronteiriço, a partir do próximo ano, como contributo ao desenvolvimento das economias locais e, também, como forma de obstar ao aparecimento de fogos florestais. -----

-----Segundo o Governo Civil, trata-se de um projecto inovador que agrega muitas dezenas de freguesias, municípios e ayuntamientos da raia portuguesa e espanhola, que integram o AECT Douro, confinantes com os distritos da Guarda e Bragança e as províncias espanholas de Zamora e Salamanca. -----

-----A ideia deste projecto é que sejam os animais a actuar como “limpadores naturais” dos campos agrícolas abandonados, montes e valetas, deixando livres de vegetação zonas de potencial perigo de incêndio. -----

-----Disse lamentar que este município não tenha aderido a esta iniciativa, que é importante para o concelho. -----

-----De seguida, deu conhecimento de que está a elaborar um livro sobre o concelho. -----

-----Por fim, pretendeu saber se o contrato de comodato relativamente à Escola das Quintãs já estava redigido. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** relativamente à produção de gado caprino referiu que este projecto está articulado com uma empresa público-privada e como tal, a Câmara nada tem a ver com este assunto, sendo que, pôs à disposição o Gabinete de Veterinária para auxiliar o munícipe presente, nesse mesmo projecto. Disse também que este município

pertence ao agrupamento da Beira Interior Norte e que nunca receberam qualquer convite para integrar o referido projecto. -----

-----No que concerne à elaboração do livro, referiu que quando o mesmo estiver redigido terá todo o gosto em apoiar, uma vez que, já o fizeram com outros escritores deste concelho.-----

-----Disse ainda, que quando as escolas devolutas são solicitadas, o assunto é encaminhado para o Gabinete Jurídico, e posteriormente analisado e redigido o respectivo contrato de comodato, que depois será presente em reunião de Câmara.-----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que a Câmara elaborou o Convénio e os Estatutos do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial entre os Municípios da Beira Interior Norte e a Diputación Provincial de Salamanca, que estão em Lisboa a serem analisados para posterior aprovação. Disse que apesar de esta AECT ter projectos próprios, poderia incluir também este que o Senhor Diamantino apresentou. Reiterou que era um assunto a analisar. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** referiu que este projecto surgiu este Verão e como tal, ainda não há nada construído. Este projecto devia estar associado a um outro estudo, ou seja, à percentagem de terrenos baldios para pasto, que este concelho não possui, assim como, as características territoriais.-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo.-----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** pretendeu saber qual o ponto de situação em relação aos pedidos das escolas devolutas de Quintãs e Espinheiro solicitados respectivamente pelo Centro Recreativo e Cultural de Quintãs e pela Junta de Freguesia de Santa Maria. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que os pedidos foram encaminhados para o Gabinete Jurídico, para a realização do respectivo Contrato de Comodato, e que posteriormente seriam presentes a reunião de executivo para análise. Disse que pretendem que as escolas sejam recuperadas, porque são património com um valor significativo, sendo do interesse de todos a sua recuperação e manutenção.-----

-----A Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** pretendeu saber se ainda existe dívida aos fornecedores do concelho, uma vez que lhe constou que alguns comerciantes ainda não receberam. Por fim, pretendeu também saber qual o ponto de situação em relação ao subsídio para a comissão de veteranos, apresentado há já dois meses, não entendendo o porquê deste impasse, sendo que, gostaria que o pedido fosse atendido da mesma forma que outros o foram, as quais votou sempre favoravelmente. --

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que foi convocada uma reunião com os representantes da respectiva comissão, na qual foram solicitados alguns elementos e que até à data ainda não foram recepcionados. Disse ainda, que a Câmara não poderá suportar todos os jantares solicitados no respectivo requerimento, daí ser de todo conveniente reunirem, de forma a chegarem a um consenso. Por fim, disse que o pedido de subsídio da comissão de veteranos será presente numa próxima reunião de Câmara.-----

-----Em relação à dívida aos fornecedores, o Senhor **Vereador António Silva** esclareceu que este é um assunto que diz respeito à EMCEL e não à

Câmara. Na Empresa Municipal a dívida foi estancada a uma determinada data e que tem vindo a ser amortizada. Neste momento tudo o que se compra é a pronto pagamento.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu conhecimento de que o Senhor Vereador Júlio Santos enviou um fax à Câmara Municipal, no qual solicitava informações sobre o número de processos de contra-ordenação, ao abrigo do DL 124/2006, levantados durante o presente ano de 2010 e respectivo nome dos arguidos prevaricadores, ao qual o Senhor Presidente respondeu que durante o ano de 2010 foram notificados 105 arguidos e aplicadas 19 contra-ordenações. No que respeita à identidade dos arguidos, há que considerar arredado o direito a essa informação, por os procedimentos ainda não se encontrarem concluídos e se reportarem a dados pessoais, nos termos do disposto no art. 62º, n.º 2, do CPA.-----

-----**ASSUNTOS NÃO AGENDADOS**-----

-----Por ter sido reconhecida a urgência de deliberação imediata sobre outros assuntos, foi deliberado, por unanimidade, incluir na ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

-----**CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO;** -----

-----**DIA EUROPEU SEM CARROS – PLANTA DE SINALIZAÇÃO;**-----

-----**ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PASSE ESCOLAR (ALEX FERNANDES SILVA);**-----

-----**ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PASSES ESCOLARES;**-----

-----**PROPOSTA PARA SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS DE CARÊNCIA - REGULAMENTO CRECHE/ATL/COMPONENTE DE APOIO;** -----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTA – VEREADOR JÚLIO SANTOS;** -----

-----**NULIDADE DE DELIBERAÇÃO;**-----

-----**ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS CELORICENSES.** -----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs uma alteração à Ordem de Trabalhos, sugerindo que o assunto “**Justificação de Falta – Vereador Júlio Santos**”, passa-se a ser o ponto I. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração à Ordem de Trabalhos.**-----

-----**I – JUSTIFICAÇÃO DE FALTA – VEREADOR JÚLIO SANTOS**-----

-----Pelo Senhor Presidente da Câmara, foi presente um fax do Senhor Vereador Júlio Santos, datado de 06/09/2010, requerendo que lhe seja justificada a falta à Reunião de Câmara de 11 de Agosto de 2010, porquanto não foi, atempadamente, notificado da realização da mesma. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que o Senhor Vereador Júlio Santos foi convocado para a reunião do dia 11/08/2010 dentro dos prazos estipulados na Lei, e assim sendo, a documentação poderia ter sido levantada em tempo oportuno. -----

-----Seguidamente retirou-se da sala, o Senhor **Vereador Júlio Santos** a fim de não intervir na votação sobre o seu pedido de justificação de falta. ---

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, justificar a falta dada à reunião de Câmara do dia 11/08/2010.**-----

-----Após a deliberação de Câmara, o Senhor Vereador Júlio Santos retomou os trabalhos, retirando-se de seguida da sala, por ter sido chamado de urgência pelos serviços do Tribunal de Celorico da Beira onde se encontrava de escala não voltando a integrar os trabalhos.-----

-----II - **ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS COMBATENTES DO ULTRAMAR**-----

-----**ASSUNTO: GABINETE MÉDICO DE STRESS DE GUERRA - PEDIDO DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente ofício n.º 375, datado de 04/08/2010, em nome da Associação Nacional dos Combatentes do Ultramar, referindo que esta Associação firmou com o Ministério da Defesa nacional um protocolo para assistência médica aos antigos combatentes no domínio do Stress de Guerra. O Ministério assegura os custos dos honorários médicos, mas os custos inerentes às instalações e ao seu funcionamento cabem à Associação, solicitando assim, uma ajuda no valor de 200€, como contributo para o Gabinete de Stress de Guerra. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** referiu que este documento não está devidamente fundamentado, sendo assim, considera que deverá o mesmo ser indeferido.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, indeferir a pretensão do requerente.**-----

-----III - **DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO - MANUEL ALEIXO DA CRUZ - ALVARÁ N.º 1/2007 - PEDIDO DE PRORROGAÇÃO**-----

-----Foi presente informação técnica, datada de 11/08/2010, da Secção de Obras Municipais, com o seguinte teor: -----

-----“O alvará n.º 1/2007 foi emitido em 2007/08/03, tendo sido fixado para a conclusão das obras de urbanização um prazo de três anos.-----

-----Nos termos do n.º 3, do art.º 53.º, do D.L. n.º 555/99, de 16 de Dezembro na sua actual redacção, o prazo estabelecido para a execução das obras de urbanização pode ser prorrogado a requerimento fundamentado do interessado, por uma única vez e por período não

superior a metade do prazo inicial, quando não seja possível concluir as obras dentro do prazo para o efeito estabelecido. -----

-----Tendo sido estabelecido prazo inicial de três anos, pode o promotor requerer uma prorrogação por um prazo não superior a 18 meses. -----

-----O promotor fundamenta o pedido de prorrogação com “(...) situações imprevistas de ordem técnica (...)”. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, deferir a pretensão do requerente.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**IV - MUNICÍPIO DE VILA VELHA DE RÓDÃO** -----

-----**ASSUNTO: MOÇÃO - PORTAGENS NA A23** -----

-----Foi presente circular n.º 06, datada de 05/08/2010, proveniente do Município de Vila Velha de Ródão, referindo que na sequência da Moção enviada pela Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, sobre a introdução de Portagens na A23, informam que a mesma foi presente na reunião daquela Câmara Municipal, tendo sido deliberado, por unanimidade, subscrever o teor da mesma. -----

-----**A Câmara tomou conhecimento.** -----

-----**V - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES** -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO** -----

-----**Requerente: Ercília Mendes Parente da Fonseca e Albertina Mendes da Silva Pires** -----

-----Foi presente requerimento n.º 518, datado de 12/08/2010, em nome de Ercília Mendes Parente da Fonseca e Albertina Mendes da Silva Pires, pretendendo que lhes seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Rua do Cemitério, freguesia de

Fornotelheiro, inscrito sob o artigo matricial n.º 695, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal, de acordo com a informação, verificou que o mesmo foi construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1986. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que as requerentes se referem foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a petição das requerentes.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Mário Cunha**-----

-----Foi presente requerimento n.º 547, datado de 19/08/2010, em nome de Mário Cunha, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Cadafaz, freguesia de Cadafaz, inscrito sob o artigo matricial n.º 327, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal, de acordo com a informação, verificou que o mesmo foi construído antes de 1981. No

entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 1987. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que o requerente se refere foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a petição do requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**ASSUNTO: MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa n.º 5 de 2010, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante (**anexo I**). -----

-----**VI - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: CEDÊNCIA DE MÓVEIS**-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 13/07/2010, referindo que existe um agregado familiar composto por cinco elementos na Lageosa do Mondego, que vive com dificuldades económicas.-----

-----O GAS no âmbito do Ano Europeu do Combate à Pobreza e à Exclusão Social, e à semelhança de procedimentos efectuados anteriormente, propõe que sejam cedidos alguns móveis que pertenciam à Casa dos Magistrados.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, que se proceda à cedência do mobiliário identificado pela Técnica do Gabinete de Acção Social, para a habitação da Sr.ª Maria Luísa Almeida Achando de Sousa, residente em Lageosa do Mondego.**-----

-----**VII - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL**-----

-----**ASSUNTO: LIMPEZA DE TERRENO**-----

-----Foi presente informação datada de 10/08/2010, do Gabinete Técnico Florestal, referindo que o Sr. Fernando José Clemente da Silva, na qualidade de cabeça de casal da herança de Maria da Conceição Clemente, foi notificado para proceder à gestão de combustíveis do terreno, sito na Rua das Laginhas, Espinheiro, freguesia de Santa Maria, ao abrigo do disposto no n.º 2, do art.º 15º, do D.L. n.º 124/2006 de 28 de Junho.-----

-----Após fiscalização constataram que apesar de ter decorrido o prazo fixado, o proprietário não realizou os trabalhos. No dia 18/06/2010 foi feita nova notificação reiterando a anterior. A notificação foi recusada pelo Sr. Fernando Clemente. Os factos referidos violam o disposto no n.º 2, do art.º 15º, do D.L. n.º 124/2006 de 28 de Junho, punido pela alínea d), n.º 2, do art.º 38º, do mesmo diploma.-----

-----Face ao exposto e após decorrido o prazo referido sem que os trabalhos tenham sido realizados, a Câmara procedeu à execução dos trabalhos no dia 9 de Agosto de 2010, pelo que, deverá notificar o cabeça de casal responsável para proceder, no prazo de 60 dias, ao pagamento dos custos correspondentes conforme estipulado no n.º 4, do art.º 21º, do mencionado D.L., no montante de 50€, bem como, ainda proceder-se à aplicação da respectiva contra-ordenação.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, notificar o cabeça de casal, Sr. Fernando José Clemente da Silva, para proceder no prazo de 60 dias, ao pagamento dos custos correspondentes à execução dos trabalhos, conforme estipulado no n.º 4, do art.º 21.º, do D.L. n.º 124/2006, no montante de 50€.**-----

-----**Mais deliberou que se proceda à aplicação da respectiva contra-ordenação.**-----

-----**VIII - GABINETE JURÍDICO**-----

-----**ASSUNTO: POSSE ADMINISTRATIVA - CASA EM RUÍNAS NA RUA DAS VIDEIRAS - FREGUESIA DE LAGEOSA DO MONDEGO**-----

-----Foi presente informação interna, datada de 31/08/2010, do Gabinete Jurídico, referindo que foi participado pelo Munícipe Maria José Nunes Tomás, residente em Lageosa do Mondego, a existência de uma habitação em estado de degradação total, sita em Rua das Videiras, na freguesia de Lageosa do Mondego, cujo cabeça de casal é Henrique Gomes Lobo, por existir grave risco para a saúde e eminente possibilidade de desmoronamento.-----

-----Após troca de correspondência vária, com os interessados/proprietários do imóvel, não foi possível obter uma resposta exequível quanto à pretendida legalização urbanística. -----

-----Foi dado cumprimento ao teor da deliberação de 16/12/2009, não tendo o cabeça de casal manifestado vontade em proceder à reabilitação do prédio.-----

-----Assim, face ao incumprimento, e delongas neste processo, deve deliberar-se nos termos do disposto nos artigos 89.º, 89.º-A, 106.º, 107.º e 108.º, da Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro alterada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro: -----

-----1 – **A posse administrativa** do imóvel de forma a permitir a sua execução coerciva e reposição da legalidade urbanística. -----

-----2 – **Fixação de prazo necessário** à execução coerciva da respectiva medida de tutela da legalidade urbanística, caducando no termo do prazo fixado para a mesma. -----

-----3 – **Forma de execução** (administração directa, ou em regime de empreitada por ajuste directo mediante consulta a três empresas titulares de alvará de empreiteiro de obras públicas de classe e categoria adequadas à natureza e valor das obras). -----

-----O acto administrativo que tiver determinado a posse administrativa será notificado ao dono da obra e aos demais titulares de direitos reais sobre o imóvel por carta registada com aviso de recepção. A posse

administrativa é realizada pelos funcionários municipais responsáveis pela fiscalização de obras, mediante elaboração de um auto. A posse administrativa mantém-se pelo período necessário à execução coerciva. ----

-----**Nos termos do disposto nos artigos 89.º, 89.º-A, 106.º, 107.º e 108.º, da Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterada pela Lei n.º 60/2007, de 4 de Setembro, a Câmara deliberou, por unanimidade, proceder à posse administrativa do imóvel, sito em Rua das Videiras, freguesia de Lageosa do Mondego, fixando um prazo de 180 dias necessário à execução coerciva da respectiva medida de tutela da legalidade urbanística, caducando no termo do prazo fixado para a mesma, sendo a forma de execução feita por administração directa.**----

-----**IX - GABINETE DE APOIO AO EXECUTIVO**-----
-----**ASSUNTO: PROPOSTA DE PARCERIA FUNDAÇÃO MUSEU DO DOURO - PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO PARA VISITA AOS ESPAÇOS DO MUSEU**-----

-----Foi presente uma Proposta de Protocolo de Colaboração para Visita aos Espaços do Museu, que se apensa a esta acta (**anexo II**), a celebrar entre a Fundação Museu do Douro e a Câmara Municipal de Celorico da Beira, a fim de proporcionar à comunidade do concelho de Celorico da Beira, novos conhecimentos nomeadamente no âmbito cultural, local, regional, nacional ou internacional. -----

-----**A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, o protocolo de colaboração para Visita aos Espaços do Museu, a celebrar entre a Fundação Museu do Douro e a Câmara Municipal de Celorico da Beira, para o fim descrito.**-----

-----**X - VEREADOR VICTOR MARTINS SANTOS**-----
-----**ASSUNTO: SUSPENSÃO DE MANDATO – PRORROGAÇÃO**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento de que foi recepcionado na autarquia um requerimento que se anexa a esta acta (**anexo III**), apresentado pelo Senhor Vereador Victor Martins Santos, com o registo de entrada n.º 10272, datado de 31 de Agosto do corrente ano, no qual solicita, nos termos do artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a prorrogação da suspensão do respectivo mandato, enquanto Vereador da Câmara Municipal de Celorico da Beira pela coligação PSD/CDS, pelo período de 60 dias, fundamentando o presente pedido, pelo facto de não ter havido alterações à situação exposta no seu requerimento datado de 3 de Maio de 2010. -----

-----Em referência: -----

-----b) Lei n.º 1/2001 de 12 de Dezembro, Constituição da República Portuguesa;-----

-----c) D.L. 236/99, de 25 de Junho, Estatuto dos Militares das Forças Armadas;-----

-----d) Lei n.º 29/87 de 30 de Junho, Estatuto dos Eleitos Locais;-----

-----e) D.L. 498/72 de 9 de Dezembro, Estatuto da Aposentação;-----

-----f) Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de Julho;-----

-----g) Lei 31-A/2009 de 7 de Julho. -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, após análise do pedido apresentado e estando o mesmo instruído em conformidade com a lei em vigor, aceitar a prorrogação da suspensão do Senhor Vereador Victor Martins Santos, por um período de 60 dias.**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**XI - MUNICÍPIO DE S. PEDRO DO SUL**-----

-----**ASSUNTO: ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA**-----

-----Foi presente ofício n.º A.2 2238, datado de 30/08/2010, proveniente do Município de São Pedro do Sul, referindo que este Município detém

uma participação de 0,37% do capital social da agência “WRC – WEB para a Região Centro – Agência de Desenvolvimento Regional, S.A.”, referentes a 1000 acções subscritas, a que corresponde o montante de 5.034,75€ à data de 31/12/2009. -----

-----Pretende esta autarquia proceder à alienação integral da sua participação financeira, considerando que não se vê qualquer vantagem em manter-se como accionista da referida agência, tendo, a Assembleia Municipal deliberado em 21/09/2007, sob proposta da Câmara Municipal, a exclusão do Município da referida ADR. -----

-----Deste modo, e como o Município de Celorico da Beira é accionista da WRC, pretendem saber se este está interessado na compra da totalidade das acções (1000) ou de parte. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, informar o Município de S. Pedro do Sul, que não está interessado na compra das acções da WRC.** -----

-----**XII - CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----Foi presente requerimento n.º 588, datado de 02/09/2010, em nome de Casimira de Ascensão Araújo Abreu Gouveia, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito na Rua do Outro Mundo, freguesia do Baraçal, inscrito sob o artigo matricial n.º 590, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81. -----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal, de acordo com a informação, verificou que o mesmo foi construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2010. -----

-----Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que a requerente se refere foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a petição da requerente. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**XIII - DIA EUROPEU SEM CARROS – PLANTA DE SINALIZAÇÃO -**

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 301/2010, datada de 06/09/2010, referindo que pretendendo a Câmara Municipal de Celorico da Beira participar no Dia Europeu sem Carros no próximo dia 22 de Setembro, apresentam planta de sinalização para o evento, propondo os seguintes arruamentos a encerrar: Rua de São João, Rua Sr.ª da Graça, Rua de Santa Maria, Rua do Poço, Largo Padre Cruz, Rua das Lages, Rua da Misericórdia, Rua 31 de Janeiro, Rua Torre do Relógio, Rua do Castelo, Cantinho do Castelo, Travessa do Castelo, Rua Fernão Pacheco desde o entroncamento da Rua de São Pedro e a Praça da República, Largo da Capela, Largo da Misericórdia, Rua de Santa Luzia, Rua do Picoto, Rua de Baixo, Praça de Santa Maria, Rua do Passadiço, Avenida da Corredoura desde o entroncamento da Rua Fernando Pessoa até ao entroncamento da Rua da Escola, sendo permitido o trânsito apenas à passagem dos veículos prioritários. -----

-----Caso a planta de sinalização apresentada seja aprovada, devem os respectivos serviços administrativos da autarquia, informar do corte dos arruamentos à GNR, Bombeiros Voluntários, e Centro de Saúde, bem como, à população em geral através de avisos. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a planta de sinalização para o evento “Dia Europeu sem Carros”, a relizar no dia 22/09/2010, procedendo ao corte dos arruamentos supra mencionados.

-----Foi ainda deliberado, que deverão os respectivos serviços administrativos desta autarquia, informar do corte dos

arruamentos à GNR, Bombeiros Voluntários, e Centro de Saúde, bem como, à população em geral através de editais/avisos. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----XIV - ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PASSE ESCOLAR (ALEX FERNANDES SILVA) -----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 06/09/2010, informando que a encarregada de educação do aluno Alex Fernandes Silva, do Ensino Básico efectuou um pedido de transporte escolar – passe escolar. -----

-----De acordo com o Decreto-Lei n.º 299/84 de 5 de Setembro, artigo 3.º, alínea 5, “Não serão abrangidos pelos benefícios previstos nos números anteriores os estudantes que se matriculem contrariando as normas estabelecidas de encaminhamento de matrícula de alunos.” Não sendo o referido aluno residente em Celorico da Beira e não estando matriculado na respectiva escola de acolhimento, partem do pressuposto que no acto da matrícula, com a entidade competente – Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, o aluno preencheu os requisitos estipulados no despacho n.º 14 026/2007.-----

-----O Senhor **Vice-Presidente da Câmara** referiu que não sendo o aluno residente em Celorico da Beira e não estando matriculado na respectiva escola de acolhimento, deveria ser solicitado ao Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira, um parecer relativamente à matrícula do aluno referenciado em epígrafe. -----

-----Interveio a Senhora **Vereadora Isabel Flor de Sousa** referindo que o agrupamento, neste caso na própria escola, desde que haja vaga na turma, não recusa a matrícula de um aluno que não seja residente nessa freguesia desde que os pais apresentem algum comprovativo de actividade profissional ou até a frequência de algum ATL na zona. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar de pagamento de passe escolar o aluno Alex Fernandes Silva, ficando o mesmo, condicionado ao parecer do Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----XV - ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR – PASSES ESCOLARES-----

-----Foi presente informação do Gabinete de Acção Social, datada de 06/09/2010, informando que foi solicitado ao Município de Celorico da Beira, auxílio económico para compartilhar o pagamento de passes escolares dos alunos identificados em seguida. Considerando que não existe até à presente data Despacho a regular a Acção Social Escolar para o ano lectivo 2010/2011, propõem que os mesmos processos sejam analisados à luz do Despacho n.º 18987/2009, artigo 8º, n.º 1, sendo o escalão de apoio em que cada agregado familiar se integra determinado pelo seu posicionamento no escalão de rendimentos para atribuição de abono de família.-----

-----Após a publicação do Despacho regulador da Acção Social Escolar – 2010/2011, os processos serão revistos, de modo, a que sejam analisados de acordo com a legislação em vigor. -----

Nome	Idade	Ano Frequência	Escalão
Joana Margarida Bernardo da Silva	18	10º	1
Ana Teresa Pereira da Silva	18	11º	1
Daniel António Figueiredo Pinhanços	18	10º	1
Bruno Miguel Ferreira Gaspar	16	9º	1
Hélder Bernardo Moceto	15	10º	1
Sérgio Pascoal Rodrigues	17	10º	1
Artur Jorge Fernandes Marquez	16	11º	1
Solange Francisco Marques	17	11º	1
Rute Isabel Cunha Carvalho *1	18	12º	1
José António Gomes Nunes	18	10º	1
David Filipe Andrade Rodrigues	17	12º	1

Nelson Gonçalves	15	10º	2
Mariana Bernardo Augusto	16	11º	2
Ana Filipa Augusto Joaquim	18	12º	2
Jessica Vanessa Albuquerque dos Santos	17	12º	2
Isabel Cristina Pinto Ramos	17	11º	2
Luís Filipe carvalho de Almeida	17	9º	2
Jason Fernandes Silva	16	11º	1

*1 – Aluna está matriculada na Guarda por não existir a área de estudo pretendida no Agrupamento de Escolas de Celorico da Beira.

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar de pagamento de passe escolar os alunos supramencionados na tabela, sendo que, após a publicação do Despacho regulador da Acção Social Escolar – 2010/2011, os processos serão revistos, para serem analisados de acordo com a legislação em vigor.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**XVI - PROPOSTA PARA SITUAÇÕES EXCEPCIONAIS DE CARÊNCIA – REGULAMENTO CRECHE/ATL/COMPONENTE DE APOIO**

-----Foi presente proposta, referindo que nos termos do Regulamento Creche/ATL/Componente de Apoio, artigo 12.2 – Mensalidade a Pagar – “O Gabinete de Acção Social analisará o respectivo processo (situação sócio-económica) e mediante análise definirá os valores a pagar, sendo que, o método para se efectuar a fórmula do respectivo pagamento terá como valor base o salário mínimo nacional. Situações excepcionais de carência serão também objecto de análise por parte do Gabinete de Acção Social”. --

-----Tendo em consideração a inserção geográfica do concelho de Celorico da Beira numa das regiões mais desfavorecidas da Beira Interior e consequentes dificuldades económico-sociais da população residente, propõe-se que sejam consideradas situações excepcionais de carência todos os agregados familiares cuja captação mensal seja igual ou inferior a 150,00€.-----

Situações Excepcionais	Capitação	Comparticipação Mensal	Transporte
	150,00€	25,00€	5,00€
	100,00€	20,00€	4,00€

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as situações excepcionais dos agregados familiares cuja capitação mensal seja igual ou inferior a 150,00€.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----**XVII - NULIDADE DE DELIBERAÇÃO**-----

-----Nos termos da alínea g), do n.º 2, do art. 133.º, do Código de Procedimento Administrativo, o Senhor Presidente propôs que seja declarada a nulidade da deliberação relativa ao assunto constante na acta do dia 11/8/2010, com o seguinte título “Associação de Bombeiros Voluntários Celoricense”, por não existir quórum aquando da sua aprovação.-----

-----**A Câmara deliberou declarar nula a deliberação tomada em reunião de Câmara do dia 11/8/2010, relativa ao assunto “Associação de Bombeiros Voluntários”.**-----

-----Retirou-se o Senhor Vereador António Silva por estar impedido de participar na discussão e votação do assunto que se segue na ordem de trabalhos.-----

-----**XVIII - ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS CELORICENSES - PEDIDO DE APOIO**-----

-----Na sequência da declaração de nulidade de deliberação, foi novamente presente ofício da Associação dos Bombeiros Voluntários

Celoricenses, referindo que no âmbito da realização do “**1.º Down Hill Urbano**”, em Celorico da Beira, solicitam a cooperação desta edilidade para o evento em causa, nos seguintes pontos:-----

-----1º Colocação de dois camiões de “saibro” no local designado “Mercado dos Paus”, sito na Rua Maximiano da Costa;-----

-----2º Dado que esta prova se reveste de interesse regional/nacional, seria indispensável ser implementado um sistema de cronometragem de foto célula com *display* de chegada. No entanto este serviço teria um custo de 945,25€ (novecentos e quarenta e cinco euros e vinte e cinco cêntimos), preço que é impossível de suportar;-----

-----3º Cedência de 20 grades de sinalização;-----

-----4º Utilização de uma máquina retroescavadora para aplicação do “saibro” nos locais a designar pela organização da prova. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar as solicitações feitas pela Associação dos Bombeiros Voluntários Celoricenses, acima referidas.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.*-----

-----Retomou os trabalhos o Senhor Vereador António Silva.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram 12:40h e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Margarida Maria Gonçalves Amaro, que a secretariei. -----